



[boletim imprimível](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 196 - Novembro 2013

NOSSA OPINIÃO

- Florestas, petróleo e energia: é hora de retomar nossos governos!

A AMEAÇA MUNDIAL DO PETRÓLEO E O CAMINHO RUMO A SOCIEDADES PÓS-PETROLEIRAS

- Petróleo: um pilar da expansão do capitalismo

O petróleo é o resultado da ação de milhões de anos sobre restos de animais e plantas cobertos por argila, terra e minerais. Convertido em “combustível fóssil” na era moderna, é um dos pilares da economia globalizada, produto estratégico para a expansão do capitalismo e acompanha a este em seu trágico rastro de desigualdade, guerra e destruição para a construção da “civilização petrolífera”.

- Florestas oleadas – o caso do Equador

Embora a prospecção e a exploração do petróleo sejam causas diretas e indiretas do desmatamento, grandes concessões petrolíferas seguem ameaçando muitas regiões de floresta tropical. O Equador é um caso excepcional, no qual a oposição e a resistência geraram propostas pró-ativas em nome da vida e contra a morte provocada pela produção de petróleo.

- A troca desigual e perversa entre a Nigéria e potências corporativas colonialistas: de combustíveis fósseis a plantações de palmeiras de óleo industriais e REDD

A troca desigual de “produtos” – óleo de dendê, carvão, petróleo, mais uma vez, óleo de dendê, e mais recentemente, as mercadorias inventadas chamadas “créditos de carbono” cumpre um papel em um processo histórico de saque lucrativo por parte de britânicos, holandeses e outros interesses corporativos ligados à energia e a “recursos” naturais da Nigéria, com o objetivo de aumentar os lucros das empresas, ao mesmo tempo em que criam mais e mais demandas por um modelo de produção industrializada e de consumo baseado no uso insustentável de combustíveis fósseis.

- Sociedades não petroleiras: pela defesa das florestas e dos direitos dos povos, pela harmonia entre os seres humanos e com a natureza

As atividades petroleiras, em todas suas fases, causam impactos, locais e globais, sociais e ambientais. Portanto, falar da não exploração de petróleo se converteu em um imperativo para organizações locais e movimentos sociais que viam seus territórios devastados pela extração de combustíveis fósseis. A alternativa deve ser construída a partir da soberania energética, entendida como uma oportunidade para que países e povos exerçam controle sobre seu espaço, sua cultura e seu futuro, e inclui o controle sobre todo o processo energético baseado em energias limpas, descentralizadas, renováveis, de baixo impacto e diversas.

POVOS EM AÇÃO

- Grupos africanos exigem que Obama pare de pressionar pela energia suja por meio da iniciativa Power Africa
- Equador: Yasuní vai à consulta popular
- Ações na África contra a energia suja - Declaração de Calabar contra a expansão do monocultivo industrial do dendê
- Mulheres amazônicas defendem a floresta do perigo do petróleo

RECOMENDADOS

- Silence is Treason (Remembering Saro-Wiwa and other martyrs) [Silêncio é traição – Relembrando Saro-Wiwa e outros mártires]
- “Bleeding Oil” [Sangrando petróleo]
- “To cook a continent” . [Cozinhar um continente]
- The COP19 Guide to Corporate Lobbying. Climate crooks and the Polish government’s partners in crime. [O guia da COP para o lobby corporativo. Crooks do crime e os parceiros do governo polonês no crime]
- “¿Por qué luchar contra el fracking?” [Por que lutar contra o fracionamento?]
- “Plantações de eucalipto para energia: O caso da Suzano no Baixo Parnaíba, Maranhão, Brasil”
- “Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperi”

NOSSA OPINIÃO

- Florestas, petróleo e energia: é hora de retomar nossos governos!

Em 10 de novembro de 1995, todos os que lutam por justiça social e ambiental devem se lembrar que a junta militar nigeriana executou Ken Saro-Wiwa e outros oito líderes do povo Ogoni. Eles desafiaram, resistiram e lutaram contra os graves impactos negativos da extração de petróleo em suas comunidades, enquanto defendiam seus territórios e meios de subsistência. Isso jamais deve ser esquecido.

O fato também motivou a rede Oilwatch e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) a dedicar a presente edição eletrônica do boletim do WRM, de novembro, à luta de Saro-Wiwa e seus companheiros, bem como a dar visibilidade a muitas outras lutas de comunidades no planeta contra a tão destrutiva indústria petrolífera, com atenção especial às lutas que afetam as comunidades que vivem na floresta e dela dependem. Este boletim também é um novo eco à chamada da Oilwatch para que “petróleo, gás e carvão fiquem onde estão”, bem como para alertar que todos devemos participar de uma ampla discussão em nossas comunidades e sociedades sobre o conceito predominante de “energia” que nos é imposto e que está destruindo nosso planeta.

A transição para uma era pós-fóssil é mais do que urgente. Ao mesmo tempo, devemos refletir sobre este modelo como um todo, de modo a não colocar em risco os nossos modos de vida nem aumentar as injustiças com falsas soluções de “energia renovável” que estão sendo propostas em

nível internacional pelos governos – como os agrocombustíveis. Devemos também refletir sobre qual é a “energia” que queremos e da qual precisamos.

Extrair petróleo em áreas de floresta tropical talvez seja uma das atividades mais contraditórias e violentas que se podem imaginar para uma floresta tropical e para as comunidades que dependem dela. A capacidade de contaminação do petróleo para um ecossistema tão biodiverso, mas também

frágil, é muito grande para se descrever em palavras. Isto também se aplica ao nível de repressão, muitas vezes envolvendo os militares, que essas comunidades sofrem quando se levantam contra as imensas atividades lucrativas das mega-empresas do petróleo. As repressões são as mesmas, e produzem vítimas todos os dias, independentemente de as empresas serem privadas, públicas ou uma mistura de ambas. Em geral, as grandes empresas de petróleo e energia estão entre as maiores corporações do mundo. Têm muito apoio dos governos, especialmente interessados nos “royalties” oficiais e menos oficiais que podem ganhar com suas atividades, enquanto repetem o discurso vago e falso de que, ao apoiar a extração de petróleo, promovem “desenvolvimento” e “redução da pobreza”. Ainda que as comunidades e as populações dos países obtenham benefícios em algumas situações, os danos resultantes dos impactos provocados pela extração de petróleo, agora e no futuro, continuam inaceitavelmente altos.

Não é nenhuma surpresa que a iniciativa Yasuní esteja localizada exatamente em uma região de floresta tropical, única e com importância e diversidade enormes. Em agosto deste ano, o governo afirmou que foi forçado a iniciar a exploração de petróleo na área, argumentando que aplicaria as chamadas “melhores práticas” para causar “impactos mínimos”. O presidente Rafael Correa alegou ter sido forçado a extrair petróleo por causa da falta de interesse dos governos em financiar a proposta de não extração, que pagaria por uma parte das receitas “perdidas”. Mas Correa se esqueceu da opinião de muitas pessoas que apoiaram totalmente a iniciativa, no Equador e em todo o mundo.

Esta iniciativa Yasuní gerou um enorme interesse e reconhecimento por parte de pessoas, organizações e movimentos que apoiam a luta por um mundo social e ambientalmente justo. Portanto, a decisão do governo equatoriano ilustra a maneira perversa em que nosso mundo funciona atualmente: corporações tomaram os nossos governos, e as preocupações reais das pessoas e do meio ambiente são consideradas menos importantes do que os lucros dessas corporações e as receitas desses governos.

Há uma necessidade urgente de libertar nossos governos. O povo precisa tomar seus governos!

O petróleo é uma ameaça mundial e, por ser o principal impulsionador do aquecimento global, está causando desastres em todo o mundo – muito além das comunidades que vivem nos campos de petróleo. O recente desastre nas Filipinas, na Somália e até mesmo no Canadá pode ser considerado como consequência da queima irresponsável de combustíveis fósseis, mesmo que os cientistas afirmem não poder tirar essa conclusão definitivamente. O que está acontecendo não é apenas o resultado de tufões, ciclones ou furacões, mas antes, da mudança climática, de uma crescente vulnerabilidade das comunidades porque seus governos continuam promovendo atividades destruidoras de florestas, como extração de petróleo, mineração e exploração madeireira.

Mas não estamos vivendo em tempos de responsabilidade empresarial, tanto social quanto ambiental? Não estamos na era do REDD+, que recolocou as florestas no centro do debate ambiental? Por que o mundo não dá ouvidos à sabedoria dos proprietários das florestas? Evidências cada vez maiores continuam a mostrar que o REDD+ é uma solução falsa porque tem a lógica interna de “compensar” a destruição e a poluição por meio de preservação em outro local, e isto resulta, no final das contas, em mais emissões, em mais destruição de florestas e concentração de terras.

A extração de petróleo é uma das causas diretas e indiretas do desmatamento que permanece incontestado sob o regime de REDD+, enquanto algumas empresas de petróleo já estão se beneficiando com projetos do tipo REDD que se tornaram parte de seu negócio. O Acre, no Brasil, é um dos lugares no mundo onde o REDD está mais avançado. As atividades de extração de petróleo estão agora entrando no estado, assim como em outras áreas de florestas conservadas no Brasil e na Amazônia. Podemos dizer com segurança que o REDD+ e o petróleo não são contraditórios: eles andam de mãos dadas ao se apresentar sob a “cortina de fumaça” da responsabilidade corporativa e social e como parte de uma “economia verde”. Enquanto a linguagem fica verde, as violações dos

direitos das pessoas continuam iguais.

Este boletim também reflete sobre o que a energia realmente representa, bem como sobre qual é a energia que queremos no futuro. O que podemos aprender com as comunidades que dependem da floresta, muitas das quais ainda mantêm sua autonomia e não dependem de nossa geração de energia e nossos sistemas de abastecimento centralizados, movidos pelas corporações? A morte de Ken e seus companheiros, 18 anos atrás, na Nigéria, não terá sido em vão se pudermos pressionar e colocar “nossa energia” na construção de movimentos mais amplos em todos os países, e nos conectar na forma de fortes redes e movimentos locais e globais para construir meios de subsistência, incluindo formas de energia, que sejam ambiental e socialmente justos. Se o fizermos, certamente estaremos no caminho para retomar nossos governos!

Oilwatch International e WRM

[Início](#)

A AMEAÇA MUNDIAL DO PETRÓLEO E O CAMINHO RUMO A SOCIEDADES PÓS-PETROLEIRAS

- Petróleo: um pilar da expansão do capitalismo



O petróleo é uma mescla homogênea de compostos orgânicos que, junto com o carvão e o gás natural, formou-se há cerca de 300 milhões de anos, durante o Período Carbonífero da Era Paleozóica. Convertido em “combustível fóssil” na era moderna, é o resultado da ação de milhões de anos sobre restos de animais e plantas cobertos por argila, terra e minerais, submetidos a grandes pressões, altas temperaturas e a ação de bactérias anaeróbicas, ou seja, aquelas que só se desenvolvem em ambientes carentes de oxigênio.

Para ter acesso aos depósitos de petróleo no subsolo terrestre ou marinho e o extrair, é necessário realizar perfurações. Antes, contudo, há um trabalho de exploração (prospecção) que também implica o uso de instrumentos de grande precisão, intervenção de geólogos, geofísicos e engenheiros, construção de caminhos e sistemas de comunicação, mobilização de veículos e helicópteros, instalação de acampamentos e laboratórios. Entre os diversos métodos de prospecção está a sismografia, técnica pela qual se explodem cargas de dinamite em poços de pouca profundidade, registrando as ondas refletidas nas camadas profundas por meio de sismógrafos combinados com máquinas fotográficas. Outra técnica é a exploração em profundidade, pela qual, a partir da perfuração de poços profundos, analisam-se amostras do terreno em diferentes profundidades e se estudam suas características.

Para a extração de petróleo, continua sendo usada basicamente a mesma técnica de bombeamento desenvolvida por Edwin L. Drake, da Pensilvânia, Estados Unidos, em 1859, que estabeleceu a base da indústria petrolífera e acelerou o ritmo da era industrial. Os depósitos de petróleo costumam estar milhares de metros abaixo da superfície (geralmente entre 3.000 ou 4.000 metros, embora existam casos de 5.000 ou 6.000 metros de profundidade). Quando a perfuração chega à jazida, a mudança de

poços de 5.000 ou 6.000 metros de profundidade. Quando a penetração cega a jazida, a mudança de pressão faz aflorar o petróleo em sua forma viscosa, que é recolhido através das torres petrolíferas. Esta é a produção primária, que pode durar anos, mas quando a pressão cede, usam-se bombas para continuar extraindo o óleo cru. O líquido obtido se transporta através de oleodutos ou de barcos para posterior refino.(1)

É tristemente conhecido o desastre ambiental tanto dos poços de extração petrolífera e das chaminés que queimam os gases que emanam do petróleo quanto dos oleodutos que o transportam. Disso dão testemunho as comunidades da Nigéria que vivem em torno ao desperdício representado pela queima do gás de petróleo que sobra, feita pelas empresas por motivos puramente econômicos. Na região do Delta do rio Níger, são queimados diariamente quase um trilhão de metros cúbicos de gás. As enormes labaredas injetam no ar enormes quantidades de gás do efeito estufa e de substâncias tóxicas. Nnimmo Bassey, da Oilwatch, descreve que “não há um sopro de ar fresco nos arredores dessas labaredas. Elas causam asma, bronquite, câncer e distúrbios sanguíneos. Também derramam chuva ácida sobre o solo, a vegetação, as construções e as pessoas” (ver Boletim 133 do WRM). Os oleodutos abrem as florestas aos depredadores enquanto os vazamentos, a queima constante de gás e os incêndios florestais fazem parte da vida cotidiana das comunidades, às quais o petróleo não trouxe mais do que miséria.

A tecnologia permitiu extrair também petróleo do fundo do mar – os poços marinhos produzem cerca de 25% do petróleo extraído em todo o mundo. Mediante o uso de sofisticados equipamentos, instalações submarinas e em alto mar, através de plataformas petrolíferas flutuantes ou ancoradas no fundo, consegue-se chegar a profundidades de até mais de 1.000 metros. A exploração do petróleo em mar aberto (off-shore) tem sido acompanhada de grandes desastres ambientais, em função tanto dos derramamentos de óleo e de produtos químicos tóxicos na água quanto da liberação de gases nocivos à atmosfera, que dizimam a vida marinha ao seu redor, afetando, em alguns casos, a soberania alimentar de comunidades pesqueiras.

Depois de seu refino, o petróleo e seus derivados atravessam uma extensa rede de distribuição e comercialização na qual intervêm intermediários, distribuidores atacadistas e varejistas, depósitos, pontos de venda, em um deslocamento também arriscado, que percorre todo o planeta.(2)

O mapa do petróleo

Embora a maior parte das reservas mundiais de petróleo seja pequena, um número pequeno delas, de grandes dimensões, contém a maior parte do petróleo do mundo e está concentrado em poucas regiões (províncias petrolíferas) onde se formaram bacias de sedimentação que armazenam petróleo e gás em campos e jazidas.

Aproximadamente 86% do petróleo do mundo estão localizados em 23 províncias petrolíferas. Outras cifras registram que cerca de 15 países produzem 75% desse petróleo e possuem 93% das reservas. Por sua vez, mais da metade das reservas comprovadas estão localizadas no Oriente Médio, onde a Arábia Saudita possui o maior poço de óleo cru do mundo, Al-Ghawār. Iraque, Kuwait e Irã também têm poços gigantes.

Na América do Norte, os Estados Unidos já foram o país que mais produziu petróleo, e alguns de seus campos estão minguando, mas ainda se acredita que tenham importantes jazidas por descobrir. O México é um dos dez principais produtores mundiais de petróleo, embora sua jazida mais importante esteja se esgotando. O Canadá começou a explorar os enormes depósitos de areias de petróleo ou areias betuminosas de Athabasca, província de Alberta, que estão debaixo de 141.000 km² de florestas e pântanos de turfa.

No norte de Alberta, debaixo de uma área do tamanho da Flórida, encontram-se as areias de alcatrão – uma mistura de areia, argila e um óleo cru pesado ou substância alcatroada chamada betume.

Para extrair o betume, elimina-se toda a vegetação sobre a terra, e é assim que a produção de petróleo a partir de areias betuminosas arrasou o delta de Athabasca, suas florestas virgens e seus rios e lagos impolutos, convertendo-o em um devastado horizonte sem árvores, minas a céu aberto e águas contaminadas.

Depois de separado do material arenoso, o betume é submetido a processos de refino em gigantescas instalações fumegantes que contaminam a atmosfera. As águas residuais do processo são armazenadas em enormes tanques de resíduos tóxicos que podem ser vistos até do espaço.

A demanda de água no processo é enorme: para cada barril de petróleo, usam-se entre 2 e 6 barris de água. Atualmente, as operações têm licença para desviar 652 milhões de metros cúbicos de água doce por ano, 80% do rio Athabasca. Em torno de 1,8 milhão de metros cúbicos dessa água se convertem diariamente em águas residuais altamente tóxicas, cuja filtração está contaminando o rio, bem como as camadas subterrâneas, fluindo a territórios de povos indígenas que têm denunciado o surgimento de cânceres pouco frequentes e virulentos em vários membros das comunidades. Também se encontraram deformações e tumores em peixes e animais de caça.

Fonte: Indigenous Environmental Network, <http://www.ienearth.org/what-we-do/tar-sands/>

Na América do Sul, a Venezuela se destaca como o maior exportador de petróleo e tem o maior depósito depois da Arábia Saudita. O Brasil é o segundo maior produtor sul-americano e a maior parte de suas reservas está no Oceano Atlântico.

As reservas de petróleo do Reino Unido no Mar do Norte são as maiores da União Europeia e situam o país como importante produtor, embora seus níveis tenham baixado e ele seja, agora, um importador de petróleo em termos líquidos. A Rússia tem reservas importantes, assim como o melhor potencial de novas jazidas.

Recentemente, localizou-se no sul da Austrália uma gigantesca jazida de petróleo betuminoso que poderia situar o país como a “segunda Arábia Saudita” em matéria de produção petrolífera.

Na África, o atrativo de um petróleo barato – basicamente porque sua extração se realiza sem atenção aos custos ambientais e sociais – e o processo de intenso investimento de capitais na região, que supõe a usurpação de extensos territórios, fez com que as torres petrolíferas avançassem nas regiões Oriental e Meridional do continente, desestabilizando governos e dividindo comunidades. Enquanto a febre do gás e do petróleo acomete magnatas de Tanzânia, Moçambique, Madagascar, Chade, Maurítânia, Etiópia, Eritreia, Somália, etc., as comunidades locais nunca são informadas do que vai lhes acontecer, como ocorreu com o Gasoduto da África Ocidental (WAGP), no qual nem ao menos se respeitaram as regras ambientais do Banco Mundial, como denunciaram as comunidades. Assim, os pobres continuam subsidiando os custos do petróleo com as perdas que sofrem em sua qualidade de vida e na degradação extrema do meio ambiente. (Ver Boletim 133 do WRM)

Por outro lado, diante da progressiva redução de algumas jazidas, as companhias petrolíferas desenvolveram novas tecnologias que lhes permitem expandir a exploração e avançar sobre zonas remotas e antes inacessíveis, no mar – como é o caso da jazida de Tupi, em águas ultraprofundas do

Brasil –, em regiões árticas e florestas tropicais, alterando e destruindo ecossistemas frágeis e agravando dramaticamente as emissões de carbono e, com isso, a mudança climática.

A técnica não convencional do fraturamento hidráulico (fracking), que, mediante pressão, amplia as fraturas do substrato rochoso que contém o petróleo e favorece sua saída em direção ao exterior, abre mais fronteiras à exploração do petróleo e, com isso, aos inerentes riscos ambientais que ela acarreta. Nesse caso, além de um enorme consumo de água, a grande quantidade de compostos químicos que se empregam com o fim de facilitar a dissolução da rocha acaba por contaminar tanto o terreno quanto os aquíferos subterrâneos.

O papel do petróleo

Atualmente, o petróleo é um dos pilares da economia globalizada, um produto estratégico para a expansão do capitalismo. Com seus inúmeros derivados que resultam da transformação química feita pela indústria petroquímica, que dá origem a plásticos, fibras sintéticas, detergentes, medicamentos, conservantes de alimentos, oleados e agroquímicos, entre outros, o petróleo dá forma à civilização petrolífera, com seu trágico rastro de guerra e destruição.

Ainda que desde a antiguidade, sumérios, assírios, babilônios, egípcios e mais recentemente, os indígenas americanos o tenham usado para distintas aplicações – para a construção, como medicamento, como combustível de lâmpadas, para a proteção de canoas – foi no final do século XIX e princípio do século XX, e no marco da Revolução Industrial, que o uso do petróleo se impôs para a elaboração de combustível para motores (gasolina e substâncias petroquímicas), substituindo o carvão. Nessa época, surgiu a Standard Oil de Rockefeller, a maior empresa de refino, transporte e comércio de petróleo do mundo, com sede nos Estados Unidos, país que até a Segunda Guerra Mundial foi o principal produtor e consumidor de petróleo.

O petróleo teve um papel decisivo no desenvolvimento e no desfecho da Primeira Guerra Mundial, já que alimentava os recém-criados tanques em terra, os navios e submarinos e os primeiros aeroplanos e aeronaves bélicos usados para reconhecimento, ataque e bombardeio. Nessa época, a produção dos Estados Unidos, distanciados do campo de batalha, passou de 33.000 toneladas em 1913 a 44.000 em 1917, chegando a 62.000 em 1920. No período do pós-guerra, a indústria petrolífera cresceu, junto com a indústria do gás natural, substituindo definitivamente o carvão. (3)

Em 1938, a produção mundial de petróleo alcançava as 276 mil toneladas, cifra que aumentou para 370 mil em 1946 como consequência da Segunda Guerra Mundial. Entre 1950 e 2000, a produção global de óleo cru quintuplicou, em média. Em 2012, registrou-se um consumo mundial médio de 89 milhões de barris, 30% a mais do que em 1992, produzindo 14.110 milhões de toneladas de emissões de carbono.

O petróleo, com todos os seus derivados e aplicações, capacitou o grande capital, através dos tratores motorizados, das avionetas, das motosserras e dos agroquímicos que alimenta, para se lançar à expansão do agronegócio, com sua produção massiva e industrializada de alimentos e madeira. A evolução dessas ferramentas produtivas beneficiou os grandes monopólios petrolíferos, que iniciaram com as Sete Irmãs – Anglo-Persian Oil Company (hoje BP), Gulf Oil, Standard Oil of California (SoCal) e Texaco (hoje Chevron), Royal Dutch Shell, e Standard Oil of New Jersey (Esso) e Standard Oil Company of New York (Socony) (hoje Exxon Mobil) – que dominaram o negócio do petróleo até princípios da década de 1960. Uma vez criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a influência dessas empresas se reduziu. Posteriormente, como consequência de uma série de fusões, restaram quatro – Exxon Mobil, Chevron, Royal Dutch Shell e BP – ainda que com um capital muito superior ao que possuíam as Sete Irmãs. (4)

O negócio do petróleo semeou, em sua passagem, um desmatamento vertiginoso, alterou e destruiu ecossistemas, desmantelando a vida camponesa e a soberania alimentar de várias comunidades.

Como bem expressa Andrés Barreda: “O período neoliberal é a época que mais energia queimou em toda a história da humanidade. O consumo e o desperdício de energia e materiais da indústria, das cidades e do campo capitalistas crescem de forma descomunal, principalmente o consumo energético das redes intermodais globais de transporte e seu quase um bilhão de veículos, e da rede eletroinformática multimodal de computadores, telefones celulares, etc., que atualmente articulam o autômato mundial, conformando uma economia capitalista vorazmente viciada no aumento constante da produção e no consumo mundial das três energias fósseis: petróleo, gás e carvão”.

Petróleo maldito

Em países do Sul, muito sofrendo o abuso da colonização e cercados para que se tornassem dependentes, o petróleo costuma ser uma maldição, encontrando nos países da África sua máxima expressão. As comunidades de Kuwait, Nigéria, Angola, República do Congo, Gabão – países petrolíferos da região – sofreram e continuam sofrendo a “maldição” do petróleo, que não lhes trouxe nenhuma riqueza.

No Delta do Níger, há uma frequência inusitada de casos de câncer, infertilidade, leucemia, bronquite, asma, mortalidade infantil, bebês com deformações e outros problemas relacionados à contaminação. As comunidades devem enfrentar constantemente as consequências dos vazamentos de petróleo, a queima de gás e outras ameaças que surgem das atividades de exploração. Das empresas petrolíferas que operam no Delta do Níger, a Shell foi a que teve maior notoriedade em função das violações aos direitos humanos das comunidades, sobre as quais as forças de segurança contratadas pela empresa avançaram com tanques de guerra e armas, disparando e matando centenas de pessoas, inclusive mulheres e crianças, arrasando aldeias inteiras e mutilando milhares de indivíduos, nos tempos em que o líder comunitário Saro-Wiwa despertou a consciência da nação e da comunidade internacional sobre a injustiça ambiental na Ogonilândia (ver Boletim 152 do WRM).

Em torno da indústria petrolífera – junto com a mineração – o capitalismo organizou a produção industrial da maior parte das substâncias e energias perniciosas que hoje saturam não apenas os depósitos de lixo, mas também os sistemas hídricos, a atmosfera e, por fim, o clima do planeta. As empresas petrolíferas, embora prometam responsabilidade social, medidas de segurança e controles adequados e o uso das melhores práticas, atuam com total impunidade, violando direitos humanos e contaminando o ambiente em graus que representam crimes contra o meio ambiente, a natureza e a humanidade em seu conjunto. Diante do poder das gigantes petrolíferas, dificilmente os países conseguem proteger seus povos ou a natureza e forçá-las a assumir responsabilidade por seus atos. Inclusive nos casos em que há resposta judicial, ela costuma ser insuficiente para atender às exigências de justiça das comunidades afetadas, cujos valores, cultura ou direito tradicional, em alguns casos, não têm lugar nos sistemas judiciais. É o caso das terras sagradas, os conceitos de propriedade comunitária da terra ou Direitos da Natureza, este último, incorporado à constituição equatoriana.⁽⁵⁾ Para o povo U'wa, que habita as selvas do oriente colombiano, o petróleo é o sangue da Mãe Terra, razão pela qual perfurar em busca dele constitui uma profanação. Os u'was expressam: “Sabemos que o riowa (homem branco) colocou preço em tudo o que é vivo até na pedra, faz comércio com seu próprio sangue e quer que façamos o mesmo em nosso território sagrado, ruiria, o sangue da terra a que chamam de petróleo ... tudo isso é estranho aos nossos costumes ...”⁽⁶⁾ Por essas razões, eles vêm mantendo um prolongado conflito com o Estado colombiano e a empresa estadunidense Occidental Petroleum (OXY), autorizada pelo governo a desenvolver um projeto petrolífero no coração do território u'wa, e vêm sofrendo repressão e morte.

As comunidades estão questionando a extração de petróleo que envenena suas terras, suas águas e sua atmosfera. Não querem mais viver em meio a vazamentos, labaredas de gás e transtornos econômicos e sociais que a indústria deixa em seu rastro. Não querem mais o desmatamento causado pela indústria petrolífera, e pedem que o petróleo cru permaneça na terra à qual pertence – uma reivindicação que se estende pelo mundo e abarca o gás e o carvão

revitalização que se estende pelo mundo e abarca o gás e o carvão.

Todos os sinais indicam o perigo iminente que enfrenta a humanidade, consequência direta do modelo dominante da atual “civilização petrolífera”, cujas formas de produção, comércio e consumo arrasam as grandes maiorias e se impõem a elas, para benefício de uns poucos. O estilo de vida ocidental e urbano chamado “moderno” se sustenta em um elevado consumo de energia, que encerra uma enorme injustiça social e ambiental. Segundo cifras de um recente relatório da Amigos da Terra sobre energia (7), 1,3 bilhão de pessoas, ou um quinto da população mundial, não têm acesso à energia elétrica. O consumo de energia per capita nos Estados Unidos e no Canadá é aproximadamente o dobro do da Europa ou do Japão, mais de dez vezes o da China, quase 20 vezes maior que o da Índia e aproximadamente 50 vezes o dos países mais pobres da África Subsaariana.

Em Camisea, Peru, a Pluspetrol ameaça povos indígenas em isolamento e quer ser recompensada com um projeto de REDD+!

Desde 2004, um consórcio liderado pela empresa argentina de petróleo e gás Pluspetrol vem explorando os campos de gás de Camisea, no Peru, dentro da Reserva Kugapakori-Nahua-Nanti (KNN). Agora, a empresa planeja perfurar mais poços, construir 10,5 km de oleodutos e realizar testes sísmicos em todas as centenas de quilômetros quadrados, como parte de uma enorme expansão de suas operações. Embora o projeto esteja pendente de aprovação pelo Ministério de Minas e Energia peruano, o Forest Peoples Programme (FPP) denunciou que fotos em um relatório interno de uma agência do governo do país revelam clareiras ilegais na reserva, a qual supostamente protege os povos indígenas que vivem em isolamento voluntário e em contato inicial.

Uma Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) do projeto revela que a Pluspetrol reconhece que o contato com os povos indígenas em isolamento voluntário é “provável” durante suas operações, que essas pessoas, em geral, são altamente vulneráveis ao contato, que podem ocorrer “mortes em massa” e que os impactos da expansão da empresa sobre elas serão, ou poderão ser, consideráveis por muitas razões (para mais informações sobre povos em isolamento voluntário, ver o Boletim 194 do WRM).

Acredite ou não, a Pluspetrol quer não apenas expandir suas operações na Amazônia, mas também ser “recompensada” com os benefícios de um projeto de REDD+ que daria à empresa os créditos de carbono potencialmente gerados a partir das áreas de floresta que permaneçam em pé na reserva (ver Masking the Destruction: REDD+ in the Peruvian Amazon <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/masking-the-destruction-redd-in-the-peruvian-amazon/>).

Não obstante, as comunidades mais vulneráveis – justamente as que menos acesso têm aos usos e aplicações do petróleo – são as mais afetadas pela mudança climática causada pelas emissões globais de gases do efeito estufa, 57% por cento das quais resultam do dióxido de carbono liberado pelo uso de combustíveis fósseis.

Por outro lado, o petróleo se impôs ideologicamente como fonte de energia imprescindível para as globalizadas “sociedades de plástico”, centralizadas por multinacionais para as quais ele é uma atividade financeiramente lucrativa, simplesmente porque não se contabilizam os desastres ambientais e sociais que provoca.

É cada vez mais urgente a transformação rumo a sociedades que sejam ambiental e socialmente justas e saudáveis, também em termos de energia. E não se trata de uma mera mudança de fontes de energia. A se manterem os poderosos interesses econômicos, políticos e financeiros que hoje

sustentam a engrenagem petroleira, continuar a desigualdade, manejando-se as mesmas grandes escalas e se excedendo a capacidade, qualquer energia renovável pode acabar sendo tão perniciosa quanto o petróleo.

A aposta está nas visões solidárias de sociedade construídas pelos movimentos sociais e no poder que acumulem em torno delas para resgatar a humanidade do atual rumo nefasto, no qual, no longo prazo, ninguém sairá ganhando.

(1) El petróleo, <http://www.elpetroleo.50webs.com/perforacion.htm>

(2) “Sueños de oleoductos y tuberías”, Isaac Osuoka, OilwatchAfrica, em “Fluye el petróleo, sangra la selva”, Oilwatch, <http://www.oilwatch.org/documentos/libros>

(3) “Petróleo, el combustible del capitalismo”, María Ibáñez, <http://www.enlucha.org/site/?q=node/831>

(4) “Manipulaciones y zarandeos de la actual civilización petrolera mundial”, Andrés Barreda, Relatório para Oilwatch, <http://www.oilwatch.org/component/content/article/118-varios/documentos/131-manipulaciones-y-zarandeos-de-la-actual-civilizacion-petrolera-mundial#sdfootnote14sym>

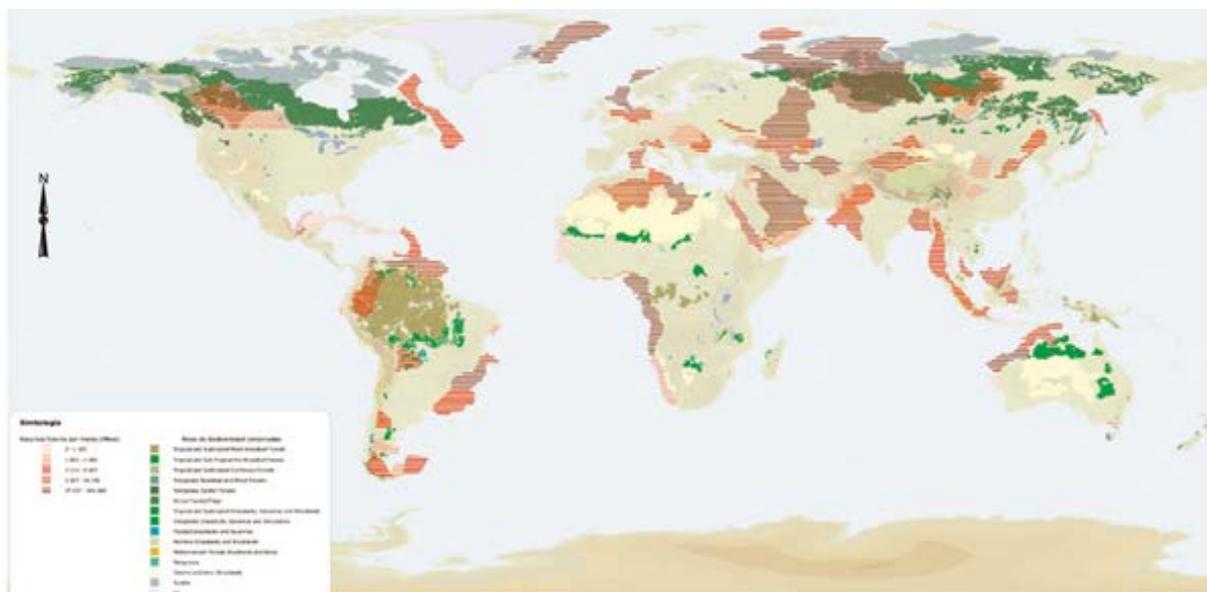
(5) “Digging for dirty oil. Reviewing corporate oil liabilities and EJO legal strategies for environmental justice”, EJOLT, Outubro de 2013, <http://www.ejolt.org/2013/10/digging-for-dirty-oil-reviewing-corporate-oil-liabilities-and-ejo-legal-strategies-for-environmental-justice/>

(6) Carta de los U’wa al mundo, http://www.asociacion.ciap.org/IMG/pdf/Carta_U_Wa.pdf

(7) “Good energy, bad energy”, <http://www.foei.org/en/good-energy-bad-energy>Início

Início

- Florestas oleadas – o caso do Equador



Historicamente, o petróleo tem sido extraído desconsiderando-se os custos que o processo acarreta para a população local e o meio ambiente. Assim, a extração se tornou uma causa direta do desmatamento de grandes áreas de floresta tropical, onde estão alguns dos depósitos de petróleo e gás mais promissores do mundo, degradando a floresta como um todo, por meio de seus impactos sobre a água, o ar, a fauna e as plantas.

Além disso, a perfuração em busca de petróleo constitui uma causa subjacente de desmatamento e degradação florestal porque abre a floresta, permitindo a exploração madeireira e a conversão dessa floresta à agricultura e à pecuária.

Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Nigéria têm grandes operações de petróleo em áreas de

floresta tropical devastadas pelo desmatamento causado não apenas diretamente pelo processo de perfuração de petróleo, mas também pela construção de estradas que passam pela floresta e permitem que terras remotas sejam abertas a empresas em busca de petróleo. Os subprodutos tóxicos geralmente são despejados em rios locais, e dutos rompidos e vazamentos geram derramamentos de petróleo contínuos.

Petróleo na Amazônia equatoriana

No Equador, as atuais áreas de exploração estão concentradas no norte da região amazônica, principalmente no sopé da Cordilheira Oriental. A área é território ancestral dos povos indígenas Cofan, Siona, Secoya e Waorani, além de ser território dos napo-kichwas e de várias famílias shuars que lá se estabeleceram durante o boom da borracha. Há tentativas de levar a exploração de petróleo também para o sul da Amazônia.

Antes que as atividades ligadas ao petróleo chegassem a esta parte da Amazônia, as principais características da área eram:

1. Caça, pesca e coleta.
2. Agricultura itinerante, que permitia que os povos indígenas conservassem e criassem solos produtivos nas zonas em que as condições anteriores dos solos argilosos não permitiam práticas agrícolas, e que gerassem e preservassem a biodiversidade nas florestas tropicais.
3. Atividades culturais, religiosas e recreativas através de regulamentação do uso da terra e do respeito ao território.

As primeiras atividades econômicas voltadas ao mercado externo foram a borracha e a madeira. A seguir, junto com a expansão do petróleo, foram criadas áreas protegidas, como a Reserva Cuyabeno, o Parque Nacional Yasuní, a Reserva Ecológica Cayambe Coca e a Reserva Biológica Limoncocha.

Os impactos da extração de petróleo na Amazônia equatoriana já foram bem documentados, principalmente devido ao processo contra a Chevron-Texaco, que operou na região Nordeste do país durante 26 anos. Nesse período, a Texaco perfurou 339 poços em 430 mil hectares. Extraiu mais de 1,5 bilhão de barris de petróleo, descartou bilhões de barris de águas de formação e outros resíduos tóxicos, e queimou bilhões de metros cúbicos de gás. Embora seja impossível atribuir um preço à natureza, pois a vida não pode ser medida em termos monetários, os prejuízos resultantes das operações da empresa foram calculados em dezenas de bilhões de dólares, devido a derramamentos de petróleo, contaminação de áreas pantanosas, queima de gás, desmatamento, perda de biodiversidade, animais selvagens e domésticos mortos, apropriação de materiais naturais, salinização de rios, doenças (31/1000 casos de câncer, quando a média nacional é de 12,3/1000), empregos mal pagos, e a lista continua...

Em 14 de fevereiro de 2011, a decisão judicial do “juízo do século” multou a Chevron-Texaco em 9,5 bilhões de dólares. O juiz determinou que se a empresa não se desculpasse em público em 15 dias, o valor seria dobrado como compensação por danos morais. O prazo expirou e agora a empresa deve 19 bilhões de dólares. Este deve ser um dos maiores pagamentos ordenados em qualquer julgamento.

A empresa se recusou a pagar, apesar de ter um recurso negado, no qual, em 3 de janeiro de 2012, um tribunal de três membros ratificou a decisão original (Joseph, 2012).

Equador: um país petrolífero

As propostas de moratórias e de territórios livres do petróleo surgiram a partir de linhas de frente muito diversas, unindo movimentos que lutam contra a guerra, a expansão urbana, o consumismo, a destruição dos oceanos, a propagação do câncer e suas causas, além dos movimentos dos povos

indígenas.

Durante o século passado, ficou claro que os combustíveis fósseis, fontes de energia do capitalismo, destroem a vida – desde os territórios onde são extraídos até os oceanos e a atmosfera que absorvem seus resíduos – através da transformação e do consumo. Os oceanos estão se acidificando e a atmosfera contém cada vez mais gases do efeito estufa. Os combustíveis fósseis, sob pretexto da “segurança energética”, promovem a violência em todo o mundo e, no processo, geram e mantêm desigualdades com relação a quem paga os custos da extração e também no acesso à energia.

No início do século XX, o Equador começou a extrair petróleo, inicialmente no litoral e, em seguida, na região amazônica. O país começou a exportar o produto nos anos 70. Na década de 80, seus tímidos esforços para estabelecer uma economia soberana, incluindo o desenvolvimento de indústrias secundárias, foram postos de lado quando a crise da dívida na América Latina levou à imposição de ajustes neoliberais que obrigaram o país a depender de uma economia primário-exportadora.

Assim, o petróleo passou ao centro das atividades econômicas do país, que começou a sofrer com a chamada “doença holandesa”, cujos sintomas incluem a queda de outros setores produtivos.

A primeira fase da extração do petróleo foi marcada por uma total falta de controle sobre as concessões. Esta foi seguida por uma etapa marcada por nacionalismo. Neste período, o petróleo foi nacionalizado e se criou a petrolífera estatal CEPE. Em seus primeiros anos, a CEPE formou um consórcio com a Texaco. Governos subsequentes estabeleceram políticas neoliberais em contratos com empresas privadas, enfraquecendo a estatal petroleira.

A primeira área de exploração de petróleo do Equador foi a Península de Santa Elena. Não se sabe quanto foi extraído dessa área, mas o Equador foi reconhecido internacionalmente como país produtor quando o petróleo foi descoberto e extraído na região amazônica. Do ponto de vista da economia política, os líderes equatorianos seriam sábios se levassem em conta a interação entre diferentes fatores, tais como as características da indústria petrolífera e os territórios e as relações de poder construídas ao redor do ciclo metabólico do petróleo.

Segundo Acosta (2009), as atividades de petróleo envolvem diversos efeitos sociais e ambientais:

- Significativa geração de renda.
- Investimentos elevados.
- Dificuldade de acesso às reservas, o que significa a construção de infraestrutura (estradas, usinas elétricas, aeroportos, gasodutos, etc.) Isto leva à criação de dívida, já que os investimentos nacionais precisam de enormes quantidades de dinheiro obtidas principalmente através do sistema financeiro; quando um país pré-vende seus barris de petróleo, uma porcentagem das receitas da exportação de petróleo vai para pagar as dívidas anteriores.
- Dependência tecnológica: o Equador carece de tecnologia própria e, portanto, depende de especialistas estrangeiros (por exemplo, sua maior parte, a exploração de petróleo foi executada pela Halliburton [dos EUA] no passado e, hoje em dia, está a cargo da chinesa Sinopec).
- Aumento da dependência e crescimento do consumo nacional de petróleo e produtos relacionados, tais como plástico, gás liquefeito de petróleo (GLP) e gasolina.
- As economias do petróleo são marcadas por uma falta de controle sobre as variações internacionais de preços no mercado global.
- Graves impactos sociais e ambientais que provocam diversos processos de resistência local.
- Perda sistemática da soberania nacional, principalmente em termos de políticas para o petróleo, renúncia a direitos em contratos de fixação de preços e o quadro institucional em torno de atividades petrolíferas.

Extratativismo do século XXI, do neoliberalismo ao capitalismo de Estado

De acordo com Ross (2001), o Equador compartilha muitas características com outros países que dependem dos recursos não renováveis:

1 Instituições estatais fracas, que não são capazes de fazer cumprir adequadamente as leis nem de

1. Instituições estatais fracas, que não são capazes de fazer cumprir adequadamente as leis nem de controlar as ações do governo. 2. Ausência de regras e transparência, que incentiva altos níveis de arbítrio na gestão de verbas públicas e recursos públicos. 3. Conflitos na distribuição das receitas entre grupos poderosos que fortalecem o rentismo e o patrimonialismo, levando a uma mistura dos setores público e privado e, no longo prazo, reduzindo investimentos e taxas de crescimento econômico. 4. Políticas de curto prazo. 5. Maus valores para os indicadores sociais, como a baixa alfabetização, elevada mortalidade infantil, etc...

Na fase neoliberal (1985-2007), o Estado ofereceu condições extremamente favoráveis sobre as receitas do petróleo, a fim de atrair investimentos estrangeiros. A partir de 1985, o Equador pediu novas rodadas de licitação de petróleo que expandiram os limites geográficos da fronteira petrolífera para o leste, em direção ao Parque Nacional Yasuní. Essas rodadas de licitação de petróleo faziam parte de uma estratégia de abertura comercial que resultou do endividamento e, portanto, da necessidade de pagar dívidas, e do recuo das políticas nacionalistas.

O governo de Rafael Correa, que chegou ao poder em 2007, interrompeu o pagamento da dívida externa e é mais nacionalista do que os anteriores, mas não se distanciou da lógica extrativista, pelo contrário, manteve-a devido à oportunidade oferecida pelos altos preços do petróleo para aumentar as receitas do governo e investir em obras públicas e em pagamentos da previdência social.

O Equador tem uma capacidade de refino insuficiente. Portanto, o país exporta petróleo, mas importa seus derivados em quantidades cada vez maiores, por causa do crescimento econômico. No longo prazo, visa aumentar a capacidade de refino, mas, por enquanto, o objetivo é exportar mais e mais petróleo a cada ano. À medida que os campos de petróleo existentes se esgotam, isso implica ampliar a fronteira petrolífera na região amazônica.

Essas novas fronteiras do petróleo incluem as áreas protegidas (como o Parque Nacional Yasuní) e territórios indígenas na região centro-sul da Amazônia. As áreas contêm petróleo cru extrapesado, como nas importantes reservas que ainda restam dentro dos territórios indígenas, por exemplo, em Pungarayacu e em outras áreas dos povos kichwas na região de Napo. Também há uma busca desesperada por petróleo ao longo da costa equatoriana.

As concessões petrolíferas na Amazônia cobriam 5 milhões de hectares em 2007, dos quais 4,3 milhões eram de empresas estrangeiras. Em 2011, esses números dobraram com a incorporação de mais de 20 blocos de petróleo (Figura 2). Com a reeleição de Rafael Correa em 2013, pode-se esperar a expansão da fronteira do petróleo para o Sudeste, gerando muitas queixas locais. Desde 2007, o governo Correa vem sendo o mais extrativista na história do país, em termos de petróleo e agora também, de mineração.

Hoje ainda prevalece a crença, inclusive dentro do governo, de que os recursos petrolíferos e minerais são essenciais para o desenvolvimento do país e para o atendimento e a provisão de direitos básicos como saúde e educação. Não houve nenhuma reflexão ampla e democrática sobre os limites da economia extrativista.

Ameaças a Yasuní

Alguns dos impactos esperados no caso de exploração do petróleo no Yasuní-ITT (Ishpingo-Tambococha-Tiputini) são:

Resíduos

A indústria do petróleo admite que, para cada poço vertical perfurado, são produzidos 500 m³ de resíduos sólidos e entre 2.500 e 3.000 m³ de resíduos líquidos.

Água de produção

A água de produção é o fluido salgado preso na rocha dos reservatórios de petróleo. É, de longe, o maior subproduto tóxico da indústria do petróleo. Se as reservas de petróleo do ITT contivessem 846 milhões de barris, sua exploração significaria cerca de 400 milhões de m³ de águas de produção de petróleo. A reinjeção de toda essa água salgada é impossível, e ela acabaria inevitavelmente no próprio parque Yasuni.

Desmatamento

O desmatamento é um dos efeitos habituais das atividades petrolíferas na Amazônia e em outras

regiões do mundo. Ele ocorre durante a construção de estradas, acampamentos, heliportos, ao longo das rotas de oleodutos e outras infraestruturas necessárias para essas atividades. Estima-se que cada nova estrada construída afete 100 metros de floresta de cada lado, criando um efeito de fronteira. As estradas rompem as rotas migratórias da fauna natural, afetam a distribuição da flora e constituem uma ameaça permanente aos povos que vivem na área. No entanto, a causa mais significativa do desmatamento é o desmatamento indireto associado à construção de estradas para a manutenção da infraestrutura e aquele provocado pela colonização gerada pelo próprio projeto.

No bloco 31, as plataformas Apaika e Nenke estão dentro do Parque Nacional Yasuni. O projeto prevê a construção de diversas instalações de petróleo, tais como uma planta de processamento central (Central Processing Facility, CPF), 30 km de dutos, acampamentos, heliportos permanentes e temporários, linhas de transmissão, rodovias, 14 poços e duas plataformas.

Efeitos climáticos

As atividades de petróleo produzem emissões no próprio local e fora dele. Essa indústria requer grandes quantidades de combustíveis fósseis. Estima-se que, para cada 10 barris extraídos, um seja queimado no mesmo lugar. A situação é ainda pior quando o óleo é mais pesado (como no Yasuni) e quando o poço está no fim da sua vida útil. O óleo pesado deve ser bombeado e isso requer energia. Finalmente, depois de retirado o óleo cru do ITT, sua queima geraria 407 milhões de toneladas de CO₂.

Estes números não levam em conta as emissões do desmatamento local direto e indireto nem a queima de gás. A exploração de petróleo ITT aumentaria a construção de estradas, a colonização, as atividades ilegais, como extração de madeira e biopirataria, e pode promover a expansão de cultivos ilícitos.

Impactos psicossociais

Além da poluição e da devastação ambiental, as atividades do petróleo perturbam a vida em comunidade. Há evidências de outras áreas, como o território indígena dos waorani, onde essas atividades geraram alcoolismo, prostituição e introduziram doenças diferentes (desde as letais até as leves, como obesidade ou desnutrição devido a mudanças nos hábitos alimentares).

O campo ITT e o bloco 31 estão localizados dentro do território waorani, bem como as terras de caça de outros povos indígenas em isolamento voluntário. Estas são tradicionais sociedades de caçadores-coletores que se movimentam ao longo de uma grande área dentro das fronteiras do parque, às vezes chegando aos blocos de petróleo. As atividades do petróleo trazem doenças, empobrecimento, conflitos e outros problemas sociais. A ocupação do território pelas companhias de petróleo vem

acompanhada da instalação de acampamentos militares, bares, bordéis, estradas, pequenas empresas de pessoas de fora, etc – tudo isso provocando conflitos sociais e culturais para os povos nativos.

A Iniciativa Yasuní ITT: uma iniciativa para a vida

A proposta Yasuní para deixar o petróleo debaixo da terra evoluiu com o objetivo estratégico central de confrontar diretamente o modelo de desenvolvimento petrolífero, atacando simultaneamente sua capacidade de se impor em nível local e ampliando as críticas aos níveis nacional e internacional.

Desde os seus primórdios, incluiu os argumentos e as lutas das comunidades contra as políticas e os projetos do petróleo, permitindo o reconhecimento dos povos que resistiram, não só protegendo seus próprios territórios, mas também defendendo o planeta como um todo.

Em nível nacional, a iniciativa incluiu um profundo questionamento do modelo extrativista; em nível internacional, teve como objetivo questionar as injustiças ambientais dos mercados de carbono e as políticas neoliberais sobre a mudança climática que impõem falsas “soluções verdes”. A maneira mais direta de reduzir as emissões de dióxido de carbono é deixar os combustíveis fósseis debaixo da terra.

Extraído e adaptado de: “The Yasuní – ITT initiative from a Political Economy and Political Ecology perspective”, de Esperanza Martínez, em “Towards a Post-Oil Civilization”, Relatório EJOLT no. 6. O relatório completo pode ser lido em http://www.ejolt.org/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/130520_EJOLT6_Low2.pdf

Início

- A troca desigual e perversa entre a Nigéria e potências corporativas colonialistas: de combustíveis fósseis a plantações de palmeiras de óleo industriais e REDD



Os combustíveis fósseis começaram a substituir a madeira como fonte de energia na Inglaterra, no século XVIII, uma mudança que andou de mãos dadas com a chamada “Revolução Industrial”. Naquela época, o consumo de combustíveis fósseis era amplo e com enormes implicações, não só na Inglaterra, mas também longe dali, na Nigéria, África. Há uma conexão direta entre o aumento do uso de combustíveis fósseis no período, principalmente carvão para produzir vapor, e o fato de que a África Ocidental se tornaria, um século mais tarde, o centro mundial da indústria de óleo de dendê.

No século XIX, mercadores britânicos em busca de oportunidades de negócio na costa africana conseguiram aproveitar a máquina a vapor para não mais depender do vento e das correntes marítimas. Com o motor a vapor, subiram ao delta do Níger, onde os veleiros não conseguiam. Ao mesmo tempo, descobriram que o óleo de dendê, muito comum na África Ocidental, era uma grande fonte

mesmo tempo, descobriram que o óleo de dendê, muito comum na África Ocidental, era uma graxa útil e mesmo indispensável para as rodas da máquina a vapor, já que, caso contrário, elas não suportariam a pressão e romperiam. Apesar da resistência que enfrentaram de mercadores costeiros e chefes nigerianos, os britânicos tinham uma vantagem considerável em comparação com eles, que, até então, controlavam os preços do óleo de dendê. Ao subir o rio, os britânicos também descobriram que havia carvão e outros materiais e bens a ser obtidos. Isso motivou os colonizadores a investir em um sistema de ferrovias para trazer esses materiais e bens à costa. Além do óleo de dendê, minas de carvão também começaram a alimentar os barcos a vapor, os trens e a economia da Inglaterra. (1)

Até a primeira metade do século XX, a África Ocidental era o principal produtor mundial de óleo de dendê, com a Nigéria sendo o principal país produtor. Ao mesmo tempo em que a Indonésia e a Malásia ultrapassaram a Nigéria, na década de 1960, a multinacional anglo-holandesa Shell deu início à exploração em grande escala do petróleo no Delta do Níger. A indústria do petróleo tornou-se a maior da Nigéria e também a mais destrutiva para as comunidades do delta, que dependem basicamente de florestas, manguezais, rios e estuários para viver da agricultura e da pesca. As lutas de resistência das comunidades têm sido numerosas e enfrentaram violência e opressão (ver editorial sobre a luta de Ken Saro-Wiwa). Os impactos devastadores têm sido cada vez mais reconhecidos em nível internacional. O UNEP (Programa Ambiental das Nações Unidas), por exemplo, investigou os impactos da extração de petróleo sobre o meio ambiente e a saúde pública, com foco na Ogonilândia em 2011, a pedido do governo da Nigéria. Ogoni é uma importante área de extração de petróleo no Delta do Níger. O relatório da ONU constatou que “a contaminação pelo petróleo na Ogonilândia é generalizada e afeta gravemente muitos componentes do meio ambiente” e “o povo Ogoni convive com essa poluição todos os dias” (2).

Muitas empresas petrolíferas transnacionais, principalmente a Shell, tiveram enormes lucros à custa do povo nigeriano e, particularmente, dos Ogoni. Em janeiro de 2013, um tribunal holandês determinou que a Shell deveria limpar a poluição do petróleo em Ikot Ada Udo, compensar as pessoas afetadas e evitar novos vazamentos.(3) Foi um caso único no qual, pela primeira vez, uma empresa multinacional holandesa teve que enfrentar um julgamento em um tribunal holandês pelos atos de uma de suas subsidiárias, a Shell Nigéria, que opera fora da Holanda. Mas muitas outras comunidades estão à espera de uma decisão desse tipo, que reconheça a responsabilidade da Shell pela devastação causada pela extração de petróleo e exija que a empresa pague, pelo menos, a limpeza, uma vez que muitas áreas foram tão devastadas que a restauração levará séculos, se não mais. Por exemplo, as aldeias de Oruma e Goi sofrem exatamente com a mesma destruição ambiental do povo de Ikot Ada Udo, mas o tribunal não considerou a Shell responsável nos casos delas. Os agricultores nigerianos e a Amigos da Terra-Holanda anunciaram que vão recorrer dessa decisão (3). Enquanto isso, a Shell e outras grandes empresas continuam a afirmar que a responsabilidade por muitos derramamentos de petróleo é de autores de sabotagens e roubos. No entanto, um relatório recente da Anistia Internacional, baseado em seis meses de estudos de campo, confirmou que “não há base legítima” para o argumento da empresa, segundo a qual a maioria dos vazamentos é causada por sabotagem ou roubo. Além disso, a Anistia afirma que, se ocorrem vazamentos, “garantir a infraestrutura de petróleo contra esses atos é – em grande parte – responsabilidade do operador” (4).

Enquanto a produção de petróleo continua, as plantações industriais de dendezeiros estão se expandindo novamente no país, uma expansão estimulada, mais uma vez, de forma indireta, pelos combustíveis fósseis, basicamente porque os países do Norte buscam alternativas a esses combustíveis, enquanto visam manter seu consumo de energia centralizado e elevado. Uma dessas alternativas é a dos agrocombustíveis e do dendê, o óleo vegetal mais barato atualmente disponível no mercado mundial, que foi identificado como “matéria-prima” fundamental para a crescente demanda por óleos vegetais na União Europeia, em função das metas obrigatórias para o uso de “energia renovável” a ser implementadas até 2020. Empresas da Ásia, mas também a Europa e dos Estados Unidos, têm concentrado terras na Nigéria e na África para plantações industriais de dendê e, em

meados de 2013, foram anunciados planos e projetos que cobrem mais de 4 milhões de hectares.

Na Nigéria, a principal área de investimento é o estado de Cross River, no Sudeste, onde está localizada a última área de floresta tropical do país. É lá que a maior empresa de óleo de dendê do mundo, a Wilmar – de propriedade de Cingapura-EUA – começou a expandir as plantações de dendezeiros nas terras das comunidades indígenas ibiaes há alguns anos. A primeira área adquirida pela empresa, através de sua subsidiária Biase Plantations, é de 5,5 mil hectares, dos quais 3 mil são de floresta, enquanto a área restante é de antigas plantações de dendezeiros que estão sendo replantadas. A ONG RRDC, com sede em Calabar, mostrou como esta privatização de terras feita anteriormente pelo estado resultou em violações dos direitos humanos, destruição do meio ambiente, bem como violação de leis e legislações municipais e federais – nenhuma das quais impediu a empresa de afirmar que seu plantio segue os princípios e critérios da RSPO. A nova tendência a aumentar as grandes plantações de dendê pela Wilmar, membro da RSPO, representa uma ameaça especial ao futuro e à sobrevivência da comunidade indígena Ibiae. E a Wilmar tende a se expandir cada vez mais, com dezenas de milhares de hectares de plantações de dendê avançando sobre florestas e terras comunitárias, como está acontecendo em outros países africanos onde a empresa, assim como outras corporações, também está expandindo suas plantações de dendezeiros (5).

Essa rápida expansão das plantações industriais no estado de Cross River e em regiões e países vizinhos reuniu representantes de organizações de Camarões, Nigéria, Serra Leoa, Libéria, Benin, Costa do Marfim, República Democrática do Congo e Gabão, bem como da Indonésia, da Europa e das Américas, em Calabar, estado de Cross River, para discutir essa tendência a expandir plantações industriais de dendê no continente africano e discutir planos e atividades comuns. Durante quatro dias de trabalhos – de 2 a 5 de novembro de 2013 – compartilharam experiências, analisaram a situação no continente e aprenderam a partir das promessas que as empresas de dendê fizeram ao estabelecer plantações na Indonésia, o maior produtor de óleo de dendê em todo o mundo. Os participantes reafirmaram o compromisso de unir esforços para conter a atual expansão da monocultura industrial de dendê e continuar a luta para defender os territórios e as economias das pessoas. A reunião produziu uma declaração, que pode ser acessada em <http://wrm.org.uy/meetings-and-events/calabar-declaration/>.

Juntamente com a expansão do óleo de dendê, os projetos de REDD+ também ameaçam invadir terras comunitárias no estado de Cross River. Esses projetos estão sendo criados pelos governos estadual e federal como parte do chamado programa-piloto de REDD, financiado por agências da ONU, por meio do programa UNREDD. As comunidades que vivem nas áreas florestais, alvo desses projetos, queixam-se de que não estão sendo informadas, enquanto suas atividades tradicionais são colocadas em risco, com base no que está acontecendo em vários outros projetos de REDD+ em todo o mundo, nos quais as comunidades perdem o controle sobre seus territórios.

Este breve panorama mostra a história de uma troca desigual de “produtos” – óleo de dendê, carvão, petróleo, mais uma vez, óleo de dendê, e mais recentemente, as mercadorias inventadas chamadas “créditos de carbono”. Todos cumprem um papel em um processo histórico de saque lucrativo por parte de britânicos, holandeses e outros interesses corporativos ligados à energia e a “recursos” naturais da Nigéria, com o objetivo de aumentar os lucros das empresas, ao mesmo tempo em que criam mais e mais demandas por um modelo de produção industrializada e de consumo baseado no uso insustentável de combustíveis fósseis. O que torna as últimas reviravoltas da história ainda mais perversas é o fato de que, embora a Nigéria fosse inicialmente apenas uma fonte de combustível e energia baratos para a Europa, em especial a indústria britânica, as florestas e manguezais que sobreviveram à devastação causada pela extração de petróleo e óleo de dendê são apropriadas para ajudar a “resolver” a crise climática que resultou dessa enorme queima, nos últimos dois séculos, de combustíveis fósseis – carvão, petróleo e gás. A perversidade está no fato de que esses projetos, supostamente de economia de carbono/REDD e de plantação de árvores, não estão resolvendo a

supostamente de economia de carbono/REDD e de plantação de árvores, não estão resolvendo a crise, porque são falsas soluções. Além de criar a ilusão de que a crise climática está sendo combatida quando, na verdade, as emissões são apenas transferidas de um lugar para outro (6). Estão criando mais problemas para o povo nigeriano, como um ingrediente a mais de uma história de múltiplas violações na extração de energia.

Fontes: (1) baseado em uma apresentação de Andreas Malm, da Universidade de Lund, na Suécia, durante a oficina do EJOLT (www.ejolt.org) na Nigéria, em março de 2013; (2) http://postconflict.unep.ch/publications/OEA/UNEP_OEA_ES.pdf; (3) <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section2/nigeria-dutch-court-condemns-shell-but-more-justice-is-needed/>; (4) <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-24839324>; (5) http://wrm.org.uy/books-and-briefings/oil_palm_in_africa/; (6) <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/10-things-communities-should-know-about-redd/>

Início

- Sociedades não petroleiras: pela defesa das florestas e dos direitos dos povos, pela harmonia entre os seres humanos e com a natureza



O debate internacional sobre os impactos das atividades petroleiras teve relevância no início dos anos 90 quando um grupo de habitantes da Amazônia equatoriana processava a Texaco nos Estados Unidos, pelos impactos sociais e ambientais de suas operações, e Ken Saro-Wiwa era executado na Nigéria, junto com outros ativistas. Antes desses fatos, o vazamento do Exxon Valdez, em 1989, já havia sido notícia, mas como fato isolado que adquiriu relevância por ter ocorrido no Alasca.

O que ocorria no Equador e na Nigéria era reflexo do que acontecia em nível local: as comunidades já estavam empreendendo ações, desde muitos anos antes, diante da arremetida das empresas petroleiras, e eram perfeitamente conscientes dos impactos que estas atividades causavam sobre os direitos dos povos e sobre o meio ambiente.

Esses dois acontecimentos também inspiraram a formação da Rede Oilwatch, em fevereiro de 1996, em Quito, Equador. Em diferentes países – Guatemala, Colômbia, Brasil, Camarões, Nigéria, Indonésia, Birmânia, Peru, México, Equador – se fazia uma reflexão sobre a necessidade de deter a expansão da fronteira petroleira em áreas frágeis e territórios indígenas.

Em todas suas fases, as atividades petroleiras causam impactos locais e globais, sociais e ambientais, desde a primeira incursão nas comunidades por parte dos responsáveis pelas relações públicas das empresas, exploração, transporte, refino, até a queima dos combustíveis fósseis ou a fabricação de agrotóxicos ou plásticos. A perda de florestas é mais uma das consequências. Apenas no caso da Texaco no Equador, calcula-se que tenham sido desmatados mais de um milhão de hectares, entre trilhas para sismologia, plataformas, estradas, acampamentos e outras instalações. Em outros países, o problema é semelhante.

problema e semelhante.

Assim, falar da não exploração de petróleo se converteu em um imperativo para organizações locais e movimentos sociais que viam seus territórios devastados pela extração de combustíveis fósseis.

A primeira proposta foi a da resistência. Começaram a ser utilizadas diversas estratégias, como expulsar as empresas petrolíferas ou impedir sua entrada, apresentar ações judiciais, vincular a oposição ao petróleo com temas como a defesa da biodiversidade, os direitos humanos, a dívida, a batalha contra o poder transnacional ou a mudança climática. Começava uma luta entre a vida e a morte.

Já em Kioto, em 1997, a OILWATCH e centenas de outras organizações pediram uma moratória da exploração de petróleo, gás e carvão. Em 2002, durante a cúpula Rio+10, a moratória das atividades petrolíferas foi a proposta central da Oilwatch: "É inegável a quantidade de evidências científicas que demonstram que a mudança Climática é causada pela queima de combustíveis fósseis [...] A Oilwatch declara moratória às atividades de óleo. Essa moratória pode ser declarada pelos governos [...], e pelas comunidades, pela decisão soberana dos povos que, pela resistência, lutam para que seus territórios tradicionais não tenham novas explorações de óleo". A moratória poderia ser exercida através da declaração de áreas intangíveis ou zonas livres de petróleo.

A alternativa deveria ser construída a partir da soberania energética, entendida como uma oportunidade para que países e povos exercessem controle sobre seu espaço, sua cultura e seu futuro, e incluiria o controle sobre todo o processo energético, já a partir da obtenção e da transformação, baseadas em energias limpas, descentralizadas, renováveis, de baixo impacto e diversas.

No ano de 2004, na Malásia, a Oilwatch e a Amigos da Terra apresentaram, junto com o WRM, uma declaração conjunta na qual se deixava clara a necessidade de deter as atividades extrativas como a mineração e a extração de petróleo, para proteger as florestas, a biodiversidade e os direitos dos povos indígenas. Mas foi em junho de 2005, em Montecatini (primeira reunião do Grupo de Especialistas em Áreas Protegidas) e posteriormente, em dezembro de 2005, em Montreal (COP 11 da Convenção Quadro da Mudança Climática e SBSTA 23 da Convenção de Diversidade Biológica) que se apresentou claramente o caminho a uma civilização pós-petrolífera. O ecochamado internacional propunha vincular os temas de conservação da biodiversidade, solos e ar, mudança climática e direitos dos povos, em particular os indígenas, em uma estratégia comum, deixando o petróleo represado no subsolo. O primeiro passo poderia se dar em um lugar específico como o Parque Nacional Yasuní, no Equador. O caminho, desde a resistência, olhava o horizonte na forma da iniciativa Yasuní.

Desde aquela época, a proposta Yasuní foi amadurecendo e se converteu no que provavelmente era a mais concreta proposta rumo a uma civilização não petrolífera. Ela passa da retórica à prática, do cinismo das negociações sobre o clima ao concreto em termos de soluções, da escuridão à nova utopia para os movimentos de esquerda que não encontravam saída, da decepção à esperança para a juventude.

É por isso que outras organizações foram se apropriando, e que a proposta foi tão bem recebida na comunidade internacional, a qual conheceu e contou com muita simpatia entre alguns governos do mundo. Mas foi no Equador que ela mais teve eco, alcançando a cifra de 75% de equatorianos que dizem que se deve proteger o que resta do Yasuní, e para isso, deve-se deixar de extrair petróleo do subsolo no bloco 43-ITT.

A proposta Yasuní, no Equador, nasceu com quatro objetivos:

~

- Deixar de extrair 840 milhões de barris de petróleo, o que significa não queimar mais de 400 milhões de toneladas de CO2
- Proteger territórios que pertençam a povos em isolamento voluntário
- Proteger as florestas, os rios e a biodiversidade da zona
- Dar o primeiro passo rumo a um Equador pós-petrolero

A proposta de não extrair mais petróleo, no Equador e no mundo, significa forçar um debate acerca dos problemas vinculados ao petróleo para além do mercado, da tecnologia, da compensação, da corrupção ou da divisão de benefícios. Significa pensar no tipo de sociedade que queremos ser.

A proposta Yasuní e a defesa das florestas e dos direitos dos povos

A relação entre a extração de hidrocarbonetos fósseis e as florestas tem várias conexões. Uma delas é, como já dissemos, a perda de florestas devido ao corte direto ou ao desmatamento indireto nas zonas petrolíferas. Mas se deve ao fato de que uma das falsas soluções para a mudança climática são os mecanismos de REDD, que incorporam as florestas ao mercado de carbono e de outros serviços ambientais. O REDD permite que as áreas florestais que têm sido protegidas pelas comunidades indígenas sejam convertidas em certificados de carbono ou, o que é a mesma coisa, permissões para poluir. Na prática, o REDD está permitindo que se siga extraindo e queimando petróleo no mundo.

É por isso que declarar áreas livres de extração petrolífera, como no Yasuní, não só evita que se consuma mais petróleo, mas também libera as florestas da obrigação de ser prestadoras de serviços ambientais.

A exploração de hidrocarbonetos fósseis, além da perda de florestas, é causa direta de violações aos direitos humanos. Em primeiro lugar, para o avanço da fronteira petrolífera, a primeira coisa que ocorre é que os responsáveis por relações comunitárias chegam às localidades sem avisar, com arrogância e desrespeitando os processos de tomada de decisões dessas mesmas comunidades. Na maior parte dos casos, os povos simplesmente se veem diante da presença de maquinário, prestes a funcionar.

Uma vez em operação, as petrolíferas causam poluição local, afetando gravemente a saúde, destroem os ecossistemas que são fonte de sustento dos povos, rompem o tecido social e deterioram as relações comunitárias. São muitíssimos os impactos provocados e há bastante documentação a respeito. Por isso, a proposta de deixar o petróleo no subsolo busca acabar com a privação de direitos que sofrem as populações locais.

Além disso, no caso do Equador, a iniciativa Yasuní/ITT pretende respeitar o desejo dos povos Tagaeri e Taromene de viver em isolamento voluntário.

A proposta Yasuní, a justiça climática e as novas relações internacionais

Na prática, os povos indígenas que resistem ao petróleo, defendendo suas florestas, suas terras e seus territórios, estão construindo sociedades pós-petrolíferas e apoiando a humanidade, pois contribuem para deter a mudança climática.

Sob o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, é obrigação dos países industrializados do Norte reduzir a contaminação in loco. Os países do Sul que têm florestas, como o Equador, têm a responsabilidade de protegê-las e de respeitar os direitos dos povos que vivem nelas e as cuidam, ou reconhecer a decisão das comunidades que não querem que se explore o petróleo em seus territórios.

A proposta Yasuní também constitui um exercício de justiça climática e ambiental, pois implica reparações sociais e ambientais aos povos vulneráveis, restituir os direitos e recuperar os territórios, para a reprodução da vida. Uma sociedade pós-petroleira deve considerar a reparação da dívida ecológica gerada pelos desastres do clima, e o compromisso de não repetição, como uma forma de justiça.

Quando o Equador lançou a iniciativa Yasuní-ITT, no ano 2007, entre outros objetivos, pretendia acabar com as relações de dominação, privação e racismo ambiental. Um país pequeno deveria ser reconhecido por sua valentia de não extrair petróleo, e contar com a solidariedade internacional para esse esforço. A cooperação internacional podia dar um giro radical, em lugar do endividamento, do negócio da devastação, de usar os países do Sul como sumidouro, da intervenção militar e da impunidade das empresas do Norte operando no Sul.

A proposta Yasuní: sumak kawsay versus capitalismo

Por estar ancorado ao petróleo em sua fase superior, o capitalismo, sua economia, sua tecnologia, as instituições e as bases da sociedade petroleira também devem mudar. Para iniciar esse processo, é necessário retirar o principal combustível do capitalismo: o petróleo. Não basta esperar que a mudança se dê em nível do consumo; é preciso fechar a fonte.

Imaginar uma sociedade pós-petroleira nos ajuda a evidenciar as contradições do capitalismo e a questionar o desenvolvimento. Contradições como tecnologia-natureza, ou valor de uso/troca diante do valor intrínseco da natureza, incluído o petróleo que tem um valor intrínseco onde está enterrado, devem ser resolvidas à medida que se avança na sociedade pós-petroleira.

Com relação à energia, hoje vemos sua manifestação – e necessidade – na forma de movimento, calor ou eletricidade. Mas, do ponto de vista das diferentes culturas e povos, as situações são distintas. Povos indígenas e camponeses concebem a energia do ponto de vista de uma boa alimentação, saúde e territórios sãos. Para os povos tradicionais, energia tem a ver com tempo, espaço e relações. A energia não é escassa nem está em crise, pois é infinita em seus territórios. O que pode estar ocorrendo é um roubo de energia desses territórios e uma introdução de outros tipos. Um exemplo é a extração da energia do petróleo, o qual, enterrado, é inofensivo, para introduzir depois energia transformada que pode ir de automóveis, eletricidade, agrotóxicos a lixo plástico, ou uma expropriação da energia dos povos pela introdução de formas de vida imediatistas e violentas, e que rompe as relações entre os seres humanos e com a natureza.

As atividades petroleiras estão entre as mais devastadoras realizadas pelos seres humanos. Elas demandam perfurar as entranhas da terra e provocar fraturas no mundo subterrâneo e na superfície, destruindo a vida em todas as suas formas. Uma sociedade livre de petróleo deve reconstruir a soberania na saúde, na alimentação, na cultura, na tecnologia e também em relação à energia. O sumak kawsay, como filosofia andina, significa relações em harmonia entre os seres humanos e com a natureza. Muitos povos indígenas em todo o mundo têm esse mesmo princípio, com outros nomes. Mas a premissa é que o sumak kawsay deve acontecer sem petróleo.

Ivonne Yanez, Acción Ecológica/Oilwatch Sudamerica Ecuador, sudamerica@oilwatch.org

[Início](#)

POVOS EM AÇÃO

- Grupos africanos exigem que Obama pare de pressionar pela energia suja por meio da iniciativa Power Africa

Em novembro de 2013, coincidindo com a conferência climática da ONU em Varsóvia, 75 grupos africanos de 18 países enviaram uma carta ao presidente Obama a respeito de sua iniciativa denominada Power Africa, que vai dar ao continente mais acesso à energia elétrica. No entanto, o programa se destina a beneficiar as corporações norte-americanas e acarreta mais extração e exploração de combustíveis fósseis, em lugar de trazer energia renovável, descentralizada, controlada pela comunidade e verdadeiramente limpa. Os signatários da carta rejeitam esses projetos de combustíveis sujos por causa de seus efeitos devastadores sobre a saúde, as comunidades e o meio ambiente locais.

A carta foi lançada quando o mundo lembrava o aniversário do assassinato do ativista nigeriano Ken Saro-Wiwa, que foi condenado à morte em 10 de novembro de 1995 pela junta militar que estava no poder, por falar contra as devastadoras ações de exploração de energia suja da Shell no Delta do Níger, na Nigéria.

Veja a carta na íntegra em: <http://www.foe.org/news/archives/2013-11-75-african-groups-demand-obama-stop-pushing-dirty-en#sthash.IDdLMMoX.dpuf>

[Início](#)

- Equador: Yasuní vai à consulta popular

Diante da decisão governamental de derrubar a iniciativa de conservar o petróleo do YASUNÍ no subsolo, nos campos conhecidos como ITT, ISHPINGO, TAMBOCOCHA, TIPUTINI, e começar a extrair petróleo, a organização de jovens YASunidos lançou a iniciativa de exigir que a decisão seja adotada através de Consulta Popular, como estabelece a Constituição.

A proposta conta com forte apoio e deu lugar a uma grande mobilização, na busca de reunir 600.000 assinaturas de cidadãos equatorianos que tornarão possível a consulta popular.

Que o petróleo fique debaixo da terra!

<http://www.facebook.com/pages/Yasun%C3%AD-a-Consulta-Popular/714907461869771>

[Início](#)

- Ações na África contra a energia suja - Declaração de Calabar contra a expansão do monocultivo industrial do dendê

A No REDD in Africa Network (NRAIN) lançou a “Semana de Ação contra as Falsas Soluções”, de 28 outubro a 4 novembro. A ação, da qual participou a convergência global Reclaim Power! <http://reclaimpower.net/>, opõe-se à “energia suja” e às empresas que tentam passar por lavagem verde com falsas soluções, como o REDD e outras, como comércio de carbono, MDL, “economia verde”, compensações de biodiversidade, CCS, geoengenharia e, claro, a grande solução falsa de “carvão limpo”.

Dentro da Semana de Ação, a organização Justiça Ambiental realizou uma sessão de cinema e debate sobre energia suja, REDD e outras falsas soluções no Museu de História Natural, em Maputo, Moçambique.

Além disso, de 1º a 5 de novembro, foi realizada uma reunião de Estratégia Internacional organizada pelo movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e organizada pelo Rainforest Resource and Development Centre (RRDC) no estado de Cross River, Nigéria (que é o marco zero para o REDD na Nigéria), com o objetivo de discutir os impactos da expansão industrial do dendê sobre a integridade ecológica e social da África.

Início

- Mulheres amazônicas defendem a floresta do perigo do petróleo

Mulheres amazônicas procuraram se encontrar com o presidente do Equador e com membros do parlamento do país. Depois de uma longa espera, foram recebidas e entregaram uma petição na qual denunciam a expansão da fronteira petrolífera na Amazônia, a ausência de consulta prévia, livre e informada e os impactos específicos da extração de petróleo sobre mulheres. Mas a petição não obteve uma resposta concreta nem ficou alcançado o quórum da sessão do parlamento durante a qual falaram, razão pela qual as mulheres consideram que seu pronunciamento não foi levado em conta dentro da agenda do dia.

Às tentativas de invasão dos territórios indígenas pelas petroleiras se opõe a proposta de convivência e conservação da floresta denominada “Kawsak Sacha”, ou Floresta Vivente. É uma proposta de preservação coletiva, de conservação e convivência da floresta amazônica, e considera o território como sagrado e como um patrimônio cultural dos povos originários.

Publicado em: <http://www.salvalaselva.org/noticias/5474/mujeres-amazonicas-defienden-la-selva-para-la-vida>

Início

RECOMENDADOS

- Silence is Treason (Remembering Saro-Wiwa and other martyrs) [Silêncio é traição – Relembrando Saro-Wiwa e outros mártires], http://nnimmo.blogspot.com/2013/11/silence-is-treason-remembering-saro_9.html#/2013/11/silence-is-treason-remembering-saro_9.html

Início

- “Bleeding Oil” [Sangrando petróleo], documentário sobre o desastre ecológico causado por empresas petrolíferas globais, <http://www.youtube.com/watch?v=KTJAGIYAJZA>

Início

- “To cook a continent”, [Cozinhar um continente], a indústria do petróleo na África, Nnimmo Bassey, <http://www.homef.org/content/cook-continent>

Início

- The COP19 Guide to Corporate Lobbying. Climate crooks and the Polish government’s partners in crime, [O guia da COP para o lobby corporativo. Crooks do crime e os parceiros do governo polonês no crime]. Corporate Europe Observatory and TNI, http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/cop19_guide_to_corporate_lobbying-

Início

- “¿Por qué luchar contra el fracking?” [Por que lutar contra o fracionamento?] video em espanhol, com legendas em inglês e francês, <http://www.argentinalibrefracking.org/>

Início

- “Plantações de eucalipto para energia: O caso da Suzano no Baixo Parnaíba, Maranhão, Brasil” <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/eucalyptus-plantations-for-energy-a-case-study-of-suzanos-plantations-for-wood-pellet-exports-in-the-baixo-parnaiba-region-maranhao-brazil/>, WRM, parte do relatório da Biofuelwatch “Biomass: The Chain of Destruction.” [Biomassa, a cadeia da destruição] <http://wrm.org.uy/other-relevant-information/biomass-the-chain-of-destruction/>

Início

- “Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj”, Relatório da Missão de Investigação e Incidência, Plataforma Dhesca - Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, Cristiane Faustino e Fabrina Furtado, http://br.boell.org/downloads/PlatDHESCA_O_caso_do_comperj%281%29.pdf

